

Dívida Externa

País quer trocar juro atrasado por empréstimo-ponte

19 OUT 1990

JORNAL DE BRASÍLIA

O governo brasileiro se dispôs a pagar parte dos juros atrasados da dívida externa, que já somam US\$ 8 bilhões, em 1991 e 1992, desde que os bancos concedam ao País um empréstimo-ponte neste mesmo valor. Somente uma parcela desse empréstimo seria paga nos próximos dois anos. Para isso, o governo brasileiro está constituindo uma reserva adicional aos recursos que o País poderá desembolsar anualmente, dentro do limite de sua capacidade de pagamento. A proposta foi apresentada ao Comitê Assessor dos bancos credores, na semana passada, em Nova Iorque, segundo revelou ontem o principal negociador da dívida brasileira, embaixador Jório Dauster.

A operação serviria para regularizar a situação brasileira, já que dessa forma o País deixaria de ser considerado inadimplente. A parte do empréstimo-ponte que não for paga seria incorporada ao total da dívida e negociada nas mesmas condições propostas para o débito global, ou seja, trocada por papéis com prazos de vencimento de 15, 25 ou 45 anos. O embaixador Jório Dauster está convencido de que se os credores aceitarem as condições propostas pelo governo brasileiro, a dívida do País estará praticamente quitada em 20 anos.

Otimismo

A razão desse otimismo é que, segundo Dauster, muitos bancos irão querer receber seus créditos antes dos prazos previstos nestes papéis. Dessa forma, terão que participar dos leilões trimestrais de resgate da dívida, sujeitando-se a um desconto no valor original do débito. Além disso, muitos bancos deverão se interessar também em converter parte da dívida em ações de empresas estatais a serem privatizadas. Revelou ainda que o governo deverá regulamentar em breve a conversão da dívida em investimentos diretos. Nestes dois casos os bancos também terão que ir a leilão e se sujeitar aos descontos nesses papéis. "O Brasil não vai precisar de 45 anos para pagar esta dívida", garante o embaixador.

Frisando que o governo não pretende impor nenhuma redução de dívida, já que os descontos nos títulos brasileiros serão determinados por mecanismos de mercado, Dauster assegura que a única condição imposta aos credores é a de que se respeite a capacidade de pagamento do País. "Em nenhum momento, nessas negociações, o Brasil deixou de reconhecer o valor global do seu débito. O que não podemos é comprometer a capacidade de pagamento do País", afirmou. Os credores, porém, segundo Dauster, podem ficar tranquilos, quanto à disposição do governo pagar tudo o que for possível dentro dos limi-

tes de sua capacidade de pagamento. "O valor mínimo que o Brasil poderá remeter a cada ano aos credores estará estabelecido em contrato", assegurou.

Risco

O risco deste compromisso não ser cumprido foi afastado pelo embaixador. Isto porque, segundo ele, as projeções de pagamento para os próximos anos foram feitas com base em uma estimativa muito modesta de crescimento da economia. Esta previsto que nos próximos cinco anos, a remessa de recursos ao exterior para pagamento de dívida será muito pequena. A partir daí, elas serão cada vez maiores. Dentro de sete a nove anos, com a economia normalizada, os pagamentos atingirão níveis mais altos.

As projeções de pagamento para os próximos anos estão condicionadas, porém, à entrada efetiva do empréstimo de US\$ 2 bilhões solicitados ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao reescalamento da dívida de US\$ 17 bilhões com o Clube de Paris que reúne os credores oficiais. O Brasil quer limitar a US\$ 500 milhões o pagamento anual de juros e principal da dívida com o clube que hoje atinge US\$ 2 bilhões. Se não obtiver sucesso nessas negociações, a capacidade de pagamento aos bancos privados será reduzida ainda mais. O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir, estima que se nos próximos anos o governo conseguir manter um superávit primário de 0,7% do PIB o País poderá, tranquilamente, pagar sua dívida dentro dos moldes propostos. Se, no entanto, a economia crescer mais que o previsto, os credores poderão receber acima do combinado.

Missão

O sucesso de toda essa engenharia financeira irá depender, porém da concordância dos bancos credores. O embaixador Jório Dauster informou que ainda ontem acertaria com o chefe do Comitê Assessor dos bancos credores, William Rodes, a vinda de uma missão técnica ao Brasil para avaliar o Plano de Estabilização Econômica e checar os números apresentados pela equipe brasileira na mesa de negociações. Somente depois disso será reiniciada uma nova rodada de negociações.

Um dos pontos mais difíceis de serem acertados poderá ser a proposta relacionada aos papéis de prazo de 45 anos. A sugestão brasileira é de que os juros pagos por esses papéis sejam prefixados durante todo o período do contrato, com base na taxa média de mercado dos seis meses anteriores à assinatura do acordo. Esses juros serão incorporados ao principal da dívida, de forma automática, sempre que seu montante exceder a capacidade de pagamento do País.